



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**O JOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DADA AO TEMA PELOS
FAMILIARES DOS EDUCANDOS DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL EM
QUIXADÁ**

FRANCISCA ZILDETE FEITOSA FREIRE

QUIXADÁ-CE

2015

FRANCISCA ZILDETE FEITOSA FREIRE

**O JOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DADA AO TEMA PELOS
FAMILIARES DOS EDUCANDOS EM UMA INSTITUIÇÃO EM QUIXADÁ**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Docência na Educação infantil pela Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Ms. Daniel Pinto Gomes.

QUIXADÁ- CE

2015

**O JOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DADA AO TEMA PELOS
FAMILIARES DOS EDUCANDOS EM UMA INSTITUIÇÃO EM QUIXADÁ**

Monografia submetida à banca examinadora do Curso de Especialização em Docência na Educação infantil pela Universidade Federal do Ceará – UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Monografia Aprovada em: __/__/2015

Nota: _____

Francisca Zildete Feitosa Freire

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Ms. Daniel Pinto Gomes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dra. Rosimeire Costa de Andrade Cruz
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco José Chaves da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho à infância daqueles que desejam aprender e necessitam apenas de mãos competentes para guiá-los. Aos professores, ou outros profissionais, que trabalham com crianças e possibilitam que ela tenha uma visão ampla de diversos aspectos do desenvolvimento infantil colaborando com o trabalho decente por meio de jogos e brincadeiras. Aos pais e responsáveis, que mesmo não tendo a compreensão da importância do brincar me receberam com carinho e atenção ou vieram a sala de aula para ver como seus filhos estão aprendendo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores, educadores, lúdicos com quem sempre aprendi mais uma brincadeira e com quem convivi durante as aulas;

Aos meus amigos parceiros da educação pública que, desbravando as trilhas lúdicas, tem levado brincadeiras, conhecimentos para a vida de tantas crianças;

Aos meus filhos, antes fonte de inspiração de tantos brincares, hoje companheiros do jogo da vida;

Por fim, aos meus alunos pequeninos grandes inspiradores e incentivadores da ludicidade.

*Educar é ser um artesão da
personalidade, um poeta da
inteligência, um semeador de ideias.*

Augusto Cury

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O JOGO E A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
2.1 Conceito de Jogo.....	13
2.2A Educação Infantil no Brasil.....	14
2.3A Estrutura da Educação Infantil	18
2.4O Direito ao Brincar.....	21
2.5A Importância do Jogo nos Documentos Oficiais.....	25
2.6Jogo e Aprendizagem: a presença do Jogo na Escola	27
3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA A ESCOLA.....	30
4 METODOLOGIA.....	35
4.1 Locus da pesquisa.....	35
4.2 Tipo de Pesquisa.....	35
4.3 Os sujeitos da pesquisa.....	37
4.4 Aplicação do Instrumento de Pesquisa.....	37
5.5 A pesquisa.....	37
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: VISÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS.....	39
5. 1 A visão das mães.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
APÊNDICE	

RESUMO

É possível dizer que o jogo é uma ferramenta pedagógica que os professores podem utilizar em sala de aula como técnica metodológica na aprendizagem, visto que através desta atividade lúdica os educandos poderão aprender de forma mais prazerosa, concreta e, conseqüentemente mais significativa, culminando em uma educação de qualidade. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo investigar sobre a importância dada ao jogo visto sob o olhar dos pais. Para tanto, utilizou como metodologia uma pesquisa de campo de caráter exploratório e qualitativo, tendo como instrumento de coletas de dados a elaboração de um questionário com questões abertas e fechadas destinadas a 10 pais das crianças que atuam na Educação Infantil (Jardim I e II). Também foi utilizada pesquisa bibliográfica, a qual contou com teóricos que abordam sobre a temática como Brougère, (1995), Chalita (2001), Kishimoto (1994), Kramer (1995) e documentos como RECNEI e LDB além de outros autores. Logo após a etapa de coleta de dados procedeu-se a tabulação dos resultados obtidos, culminando com a elaboração do relatório monográfico da pesquisa realizada. Diante de todas as informações contidas nesse estudo pode-se perceber que é importante mencionar que os jogos e as brincadeiras na sala de aula podem ser considerados como sendo atividades sociais privilegiadas de interação específica e fundamental que garantem a interação e construção do conhecimento da realidade vivenciada pelas crianças. Porém, os pais/responsáveis só enxergam essas atividades lúdicas de aprendizagem como momentos de lazer e de descontração, daí que sob esse olhar algumas mães concordam que seja proporcionado às crianças o brincar/jogar e outras mães acham perda de tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Jogo. Educação Infantil. Família.

ABSTRACT

You can tell that the game is a pedagogical tool that teachers can use in the classroom as a methodological technique in learning, since through this playful activity students will learn more pleasant way, concrete and therefore more significant, culminating in a quality education. Thus, the present study aims to investigate the importance given to the game seen from the perspective of parents / guardians. For this purpose, one methodology as exploratory and qualitative field research, and as a tool for data collection to draw up an interview with open and closed questions designed and 10 parents in early childhood education (Garden I and II). It was also used literature search, which included theoretical dealing on the subject as Brougère, (1995), Chalita (2001), Kishimoto (1994), Kramer (1995) and documents as RECNEI and LDB and other authors. Soon after the data collection phase proceeded to the tabulation of results, culminating in the preparation of the report of the monographic survey. Due to all the data in the study can be concluded that it is important to mention that games and games in the classroom can be considered to be privileged social activities of specific and fundamental interaction that guarantee the interaction and construction of the reality experienced knowledge by children. However, parents / guardians only see these playful learning activities such as leisure and relaxation times, so that in this look at some mothers agree that is provided to children playing / play and other mothers find waste of time. However, parents / guardians only see these playful learning activities such as leisure and relaxation times, so that in this look at some mothers agree that is provided to children playing / play and other mothers find waste of time.

KEYWORDS: Game. Childhood Education. Family.

1 INTRODUÇÃO

O ato de brincar se destaca com fundamental importância no processo de aprendizagem da criança enquanto ser humano, pois não se trata só de um momento de diversão, mas ao mesmo tempo, acontece a formação da assimilação de conhecimentos da criança, que será levada para sua vida futura.

Assim, o professor necessita de criar mecanismos que chamem a atenção para as atividades que vai desenvolver, e através do lúdico é que se consegue essa aproximação e, conseqüentemente, o desenvolvimento desses educandos. Ou seja, a utilização desse recurso pedagógico ajuda a criança no seu desenvolvimento, físico, afetivo, cognitivo e social. Através das atividades lúdicas a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece lógica, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades sociais. Assim, através da brincadeira a criança pode mostrar sua agilidade através da competição, refletir sobre o fazer, organizar e desorganizar, construir e reconstruir, crescer nos aspectos culturais e sociais.

As brincadeiras têm uma importância fundamental e significativa no desenvolvimento integral das crianças da educação infantil, as atividades lúdicas desenvolvem a concentração, a criatividade, as interações sociais, a comunicação e aprendizado cognitivo de forma prazerosa e significativa. Através do jogo é possível trabalhar valores, a aceitação do outro, as regras e assim, o pensamento sobre o que se pode e o que não se pode fazer e o respeito.

Porém, nem sempre os pais têm essa percepção e alguns acham que o ato de brincar é isolado da aprendizagem. Outros pensam que é perda de tempo, ou pior ainda, que na educação infantil somente se faz brincar e que isso é desnecessário.

Daí a importância desse trabalho, pois o mesmo pretendeu analisar o posicionamento dos pais a respeito da presença do jogo na educação infantil. Para tanto utilizou como metodologia a pesquisa teórica através de estudiosos que abordam sobre a temática. Também contou com pesquisa de campo realizada com pais de alguns educandos da educação infantil.

O presente trabalho apresenta em seu primeiro capítulo uma breve explanação sobre a história da educação infantil no Brasil, destacando os fatos mais

importantes. Em seu segundo capítulo foi relatado sobre a importância que a relação família e escola tem no processo educativo. No terceiro capítulo foi abordado sobre os processos metodológicos adotados na pesquisa de campo. Por fim, mostrou-se o resultado obtido na pesquisa através dos dados coletados que a maioria das mães pouco conhece sobre a importância do brincar para a aprendizagem das crianças, porém as mesmas acreditam que as atividades lúdicas sejam boas para seus filhos se divertirem e assim gostarem de ir à escola.

2 O JOGO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil tem como principal meio de aprendizagem o lúdico, a fantasia, a brincadeira. E dentro do ambiente escolar pode-se observar que em alguns momentos estas brincadeiras são livres, ou seja, o professor não dita uma regra ou objetivos a serem cumpridos. E isto se dá propositalmente, pois é através do brincar que é possível saber algumas preferências da criança, se ela comanda o grupo, se gosta de liderar, ou se é mais tímida.

A brincadeira livre estimula a capacidade individual da criança, de acordo com a sua maturidade, faz com que ela busque o porquê das coisas, é o momento de descobertas, explorar o espaço que ela está inserida. O brincar livre leva a criança a se desenvolver socialmente por meio da interação.

Oliveira (1992 apud SOUSA, 2009, p. 78) afirma que

a maneira como a criança brinca e desenha reflete de maneira implícita na forma como esta lida com a realidade. Ao mesmo tempo em que se diverte constrói laços de amizade, compartilha o funcionamento de um grupo, aprende a respeitar limites e a ceder para que o outro também se satisfaça. É um processo constante de construção da consciência de si mesmo e do outro.

A criança ao jogar, não só incorpora regras socialmente estabelecidas, mas também cria possibilidades de significados e desenvolvem conceitos e o que justifica a adoção do jogo como aliado importante nas práticas pedagógicas, sendo sujeito ativo desta aprendizagem que tem na ludicidade, o prazer de aprender.

Os jogos devem ser apresentados gradativamente: por meio de um simples brincar, aprimora a observação, comparação, imaginação e reflexão. “O jogo é visto como forma do sujeito violar os padrões da espécie” (KISHIMOTO, 2003, p. 140), sendo que a criança observa as atitudes do adulto, expressando suas atitudes através do brincar.

“O ato de jogar constitui importante fator de desenvolvimento e aprendizagem, pois possibilita ao educando apropriar-se de conhecimentos e

habilidades no âmbito da linguagem, da cognição, dos valores e da sociabilidade” (KISHIMOTO, 2003, p. 2). Ou seja, através do jogo as crianças vão se constituindo como agentes de sua experiência social, organizando com autonomia suas ações e interações, elaborando planos e formas de ações conjuntas, criando regras de convivência social e de participação.

Kishimoto (2003, p. 2) ressalta que através do jogo

as crianças adquirem diversas experiências, interagem com outras pessoas, organizam seu pensamento, tomam decisões, desenvolvem o pensamento abstrato e criam maneiras diversificadas de jogar, brincar e produzir conhecimentos.

Nesse sentido, os jogos são instrumentos pedagógicos importantes e determinantes para o desenvolvimento das crianças, pois ao jogar desenvolvem habilidades necessárias para seu processo de alfabetização e letramento, pois no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, a criança defronta-se com um mundo cheio de atrações (letras, palavras, frases, textos) e se engajará neste mundo muito mais facilmente se puder participar integralmente dele e se o processo for transformado num grande ato lúdico (participativo, inteligente, prazeroso), em oposição ao ato técnico (estático, repetitivo, mecânico) muito próprio das escolas.

Partindo de Kishimoto (2003), pode-se notar que os termos jogo, brinquedo e brincadeira acabam tendo significados imprecisos, pois são empregados em diferentes formas de classificações. Existe uma grande variedade de jogos denominados como faz de conta, simbólicos, motores, sensório-motor, intelectuais ou cognitivos, de exterior, de interior, individuais ou coletivos, metafóricos, verbais, de palavras, políticos, de adultos, de animais, de salão e inúmeros outros fenômenos que são classificados como jogo.

Por abranger uma grande quantidade de fenômenos lúdicos o termo jogo se torna algo completamente complexo em sua definição. Além de que a dificuldade aumenta ainda mais quando um mesmo comportamento pode ser visto como jogo e não-jogo (KISHIMOTO, 2003 p. 3).

2.1 Conceito de Jogo

A palavra jogo vem do latim *locu*, significando gracejo, foi empregue no lugar de *ludu*: brinquedo, divertimento, passatempo. No entanto, esta palavra não é utilizada com o mesmo significado em todas as civilizações. Tal como nos idiomas alemão, português, espanhol e muitos outros, a língua francesa adota apenas uma palavra – *jeu* – para designar jogo e brincadeira (game e play, em inglês) (BOUSQUET, 1991, p. 5). Neste trabalho as palavras jogo, brincadeira e brinquedo são concebidos como sinônimas.

De acordo com Bousquet (1991, p. 6) o jogo pode ser considerado um auxiliar educativo

e uma forma de motivar os alunos para a aprendizagem. Nesse prisma, não se deve considerar apenas como um divertimento ou um prazer. Deverá ser associado a uma atividade penosa ou deve ser destinado a ultrapassá-la para facilitar a realização da aprendizagem. Poderá existir uma relação estreita entre a pedagogia praticada por um professor na sala de aula e jogo. O jogo implica que haja esforço, trabalho, disciplina, originalidade e respeito entre “jogadores”.

Através do jogo, a criança encontra uma forma de alcançar os objetivos traçados de forma motivadora que a eleva. O jogo permite, igualmente, que a criança tenha uma vontade de se superar a si própria, para alcançar o objetivo proposto. Deverá ser realizado, igualmente, pela importância que tem na psicologia infantil. Para que a criança aceda a um lugar participativo, como é desejo de todos os que se preocupam com a elevação da cultura da futura geração, ela precisa ser formada para interiorizar conceitos tão importantes como, cooperação, entre ajuda, respeito, lealdade, criatividade, entre outros (VYGOTSKY apud KISHIMOTO, 1994).

Para Vygotsky (apud KISHIMOTO, 1994) a brincadeira é fundamental para o desenvolvimento infantil, principalmente porque oportuniza interações. O estudioso defende que jogar e brincar atuam na zona de desenvolvimento proximal do indivíduo

criando condições para que determinados conhecimentos sejam consolidados, onde primeiro o indivíduo aprende para depois se

desenvolver, e a zona de desenvolvimento proximal é justamente um período onde a pessoa já possui certa potencialidade para começar a desenvolver determinada habilidade, mas que ainda não se consolidou (VYGOTSKY apud KISHIMOTO, 1994).

De acordo com o autor a zona de desenvolvimento proximal é o espaço em que a pessoa está em transição, em amadurecimento, por isso a intervenção através de oportunidades para interagir, conhecer e aprender serão determinantes para que a pessoa se desenvolva (VYGOTSKY apud KISHIMOTO, 1994).

Diante da teoria sócio-interacionista, onde primeiro o indivíduo aprende para depois se desenvolver, Vygotsky reforça a importância de jogos e brincadeiras para o desenvolvimento infantil. É fundamental que a criança tenha oportunidades para brincar, se movimentar, conhecer, experimentar, sentir, descobrir, explorar, criar, interagir para que possam desenvolver suas potencialidades.

A teoria de Vygotsky (apud KISHIMOTO, 1994) enfatiza ainda mais a responsabilidade do professor no desenvolvimento do educando. É fundamental que os professores, em suas práticas pedagógicas e metodologias de ensino, insiram jogos e brincadeiras com fins educativos, para que possam propiciar aos educandos excelentes experiências para que possam se desenvolver e aprender com maior facilidade. O brincar desenvolve a função simbólica e a linguagem e trabalha com os limites existentes entre o imaginário e o concreto.

Para Vygotsky (apud KISHIMOTO, 1994), o uso dos jogos proporciona ambientes desafiadores, capazes de “estimular o intelecto” proporcionando a conquista de estágios mais avançados de raciocínio. Quando o professor propõe situações de jogos na sala de aprendizagem, ocasiona momentos de afetividade entre a criança e o aprender, tornando a aprendizagem mais significativa e prazerosa.

2.2 A Educação Infantil no Brasil

O processo histórico de surgimento das instituições de atendimento à criança pequena evidencia que as funções de guarda, assistência e cuidado foram ao longo do tempo desapropriadas das famílias, sobretudo, das mães trabalhadoras.

Com a inserção da mulher da classe média no mercado de trabalho e a crescente conscientização da importância da criança iniciar o seu processo de socialização fora do contexto familiar, cada vez mais cedo, expandiram-se de forma significativa as denominadas “pré-escolas”, “berçários” e/ou “jardins de infância”. Faz-se necessário entender o caminho histórico dos modelos de educação institucionalizada de crianças no Brasil para compreensão da atual conjuntura de relações sociais e, sobretudo, reivindicação de políticas públicas educacionais para um atendimento pedagógico nessas instituições.

Segundo Souza (2007, p. 15-16) a educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX.

[...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites - os jardins de infância de orientação fröebeliana-, já tinha seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana anterior a isso. [...] No setor público, o jardim de infância da Escola Normal Caetano de Campos, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada.

De acordo com o estudioso acima o jardim de infância da Escola Caetano de Campos, cujo trabalho pedagógico se baseava em Fröebel, tinha como princípios educativos os conteúdos cognitivo e moral. Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas (SOUZA, 2007, p.16).

No Brasil, a educação da criança pequena fora do espaço doméstico e do convívio familiar, iniciou-se no final do século XIX a partir de diversos contextos de demandas, ora como forma de combate à pobreza, na perspectiva do Estado, ora como salário complementar, na perspectiva familiar (DUARTE, 2012).

O atendimento às crianças de 0 a 5 anos em instituições especializadas remonta sua gênese com as transformações de ordens sociais e econômicas, que de fato provocaram mudanças nas relações de trabalho em função do modo de produção capitalista. Também havia pressão social dos trabalhadores urbanos que perceberam na creche um direito viabilizador de melhores condições de vida (DUARTE, 2012).

Na zona rural, onde vivia a maior parte da população, as famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das crianças abandonadas, geralmente fruto da exploração sexual da mulher negra e índia, pelo senhor branco. Na área urbana, bebês abandonados, por vezes filhos de moças pertencentes a famílias de prestígio social, eram recolhidos na roda dos expostos (MARAFON, s/d. p. 4-5)

No século XX, a educação brasileira acompanha transformações econômicas, políticas e sociais, entre as quais se destacam o debate em torno do cuidado, preservação e preparação da infância. O movimento Escolanovista abordou uma proposta educacional inovadora para a época, no qual buscou pensar e momento histórico começou a ser pensada uma nova forma de educar a criança pequena, que até então predominava eram as práticas baseadas em experiências europeias."Na década de 1920, passava-se á defesa da democratização do ensino, educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças, consideradas como iguais" (KRAMER, 1995, p. 55).

Até esse período, as instituições de educação infantil possuíam caráter unicamente filantrópico. Segundo Kuhlmann Junior (1999, p.61), "filantropia representaria a organização racional da assistência, em substituição à caridade, prática dominada pela emoção, por sentimento de simpatia e piedade".

A partir de 1930, o Estado assumiu o papel de buscar financiamento de órgãos privados, que viriam a colaborar com a proteção da infância. Diversos órgãos foram criados uma espécie de caixa giratória onde se colocavam as crianças enjeitadas, nos asilos e orfanatos.voltados à assistência infantil como Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Previdência Social e Assistência social, Ministério da Educação e também a iniciativa privada (DUARTE, 2012).

A preocupação da década centrava-se no combate à mortalidade infantil, por isso optaram por desenvolver atividades voltadas para educação física e perspectiva higienista das crianças como fator de desenvolvimento das mesmas. Neste momento histórico iniciou-se a organização de creches, jardins de infância e pré-escolas de modo desordenado e com o intuito de respostas imediatas, como se os problemas infantis criados pela sociedade, pudessem ser resolvidos por essas instituições. Segundo Kramer (1995, p. 65):

Em 1940 surgiu o departamento Nacional da Criança, cuja finalidade era a ordenação das atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência, administrados pelo Ministério da Saúde. Por volta de 1950 disseminou-se a tendência médico-higiênica do Departamento Nacional da Criança, desenvolvendo vários programas e campanhas visando o [...] combate à desnutrição, vacinação e diversos estudos e pesquisas de cunho médico realizadas no Instituto Fernandes Figueira. Era também fornecido auxílio técnico para a criação, ampliação ou reformas de obras de proteção materno-infantil do país, basicamente hospitais e maternidades.

Nos anos de 1960, o Departamento Nacional da Criança enfraqueceu-se e teve que transferir algumas de suas responsabilidades para outros setores, predominando o caráter médico-assistencialista, cuja ênfase eram ações de redução da mortalidade materna infantil (KRAMER apud DUARTE, 2009).

Na década de 1970, tem-se a promulgação da lei nº 5.692, de 1971, o qual faz referência à educação infantil, dirigindo-a como ser conveniente à educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes. Também é sugerido que as empresas particulares, as quais têm mulheres com filhos menores de sete anos, ofertem atendimento a estas crianças, podendo ser auxiliadas pelo poder público (DUARTE, 2009).

Tal lei recebeu inúmeras críticas, quanto sua superficialidade, sua dificuldade na realização, pois não havia um programa mais específico para estimular as empresas à criação das pré-escolas. No final dos anos 70 e, sobretudo na década de 80, surgiu em São Paulo o “Movimento de Luta por Creches”. De acordo com Merisse (1997, p. 49) o Movimento de luta por creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto por direitos sociais e da cidadania

modificando e crescendo significados à creche enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido não mais como um mal necessário, mas como alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e a família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável.

Essa situação criou novos canais de pressão sobre o poder público. Tendo como resultado o aumento do número de creches e pré-escolas mantidas pelo poder público e a multiplicação de creches e pré-escolas particulares conveniadas com os governos municipais, estadual e federal (MERISSE, 1997, p. 50).

Através deste breve histórico da educação infantil no cenário brasileiro foi possível perceber que a Educação Infantil tem sua origem e materialidade com a prestação de assistência a saúde e preservação da vida, não se vinculando com o fator educacional.

2.3 A Estrutura da Educação Infantil (LDB)

A mais importante e decisiva contribuição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no tangente a educação infantil é assegurar o direito de a criança ter uma educação integral, iniciada ainda aos dois anos de idade sendo entendida como educação básica, isso através do que está previsto no art.29. Ao afirmar que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica a nova lei não está apenas dando-lhe uma posição cronológica na pirâmide da educação, mas, principalmente, expressando um conceito novo sobre esse nível educacional (BRASIL, 1996).

Segundo o art.22 da LDB, a educação básica é aquela que assegura ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Esta formação indispensável não começa na 1ª série do ensino fundamental, mas na educação infantil, ou seja, no nascimento (BRASIL, 1996). □

Duas consequências imediatas decorrem daí: a) a política educacional não pode omitir a educação infantil sob pena de ver-se capenga, incompleta tentando sustentar-se no ar e b) a educação infantil e o ensino fundamental devem estar articulados e coordenados quanto ao planejamento curricular, ou seja, na definição dos conteúdos e métodos (BRASIL, 1996).

A educação infantil, por conseguinte, ganha importância, passando a desempenhar um papel específico no conjunto da educação: o de começar a

formação que hoje toda pessoa precisa para exercer a cidadania e de estabelecer as bases, os fundamentos para os estudos posteriores.

A ação educativa na faixa de 0 a 5 anos é complementar à ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Não a substitui, mas a complementa. Portanto, a educação infantil se dá na família e em instituições educativas próprias. A expressão “em complementação” tem consequências no planejamento e na execução da política educacional: a) só se complementa aquilo que já foi feito ou está em curso. Portanto, as instituições de educação infantil devem estar articuladas com as famílias e a comunidade para encontrar os conteúdos, os valores, as atitudes que serão repassados às crianças, para estabelecer as sequências de seus programas (BRASIL, 1996). Isso diz respeito às raízes culturais que sustentam a personalidade em formação. Com essa articulação, a educação infantil pode responder ao desafio de formar cidadãos-sujeitos frente aos riscos previsíveis da despersonalização e da universalização dessa ou daquela cultura hegemônica conduzida pela globalização (inclusive das ideias e culturas);

b) a educação infantil tem que ser mais do que a educação recebida na família e na comunidade, tem que ir além de conteúdos, tanto na profundidade quanto na abrangência (BRASIL, 1996);

c) as instituições de educação infantil devem contar com organização administrativa e educadores qualificados de sorte a ir além da educação familiar e comunitária, a produzir a expansão e o aprofundamento das aprendizagens (BRASIL, 1996).

A criança tem capacidades infinitas a ser ampliadas, a partir de situações e relações de mediações adequadas. Segundo tal perspectiva, desde o nascimento o ser humano desenvolve a inteligência e a personalidade, ou seja, tais conhecimentos não se encontram imbricados geneticamente. Assim, no início da vida, o aprendizado e o desenvolvimento infantil ocorrem por meio do contato com o mundo que rodeia a criança.

Assim, as linguagens infantis são formas de expressão da criança que revelam a identidade e a dinâmica de apropriação e objetivação de seu desenvolvimento cultural. Diante disso, tem-se a compreensão do sujeito como ser

histórico-social que se desenvolve de acordo com o contexto, envolve o modo de apropriação de qualidades especificamente humanas disponíveis e, ao mesmo tempo, necessárias para viver em dada época (DUARTE, 2009, p. 04).

As exigências presentes vêm definindo que a educação infantil tem função de educar e cuidar. Educação e cuidados são entendidos como aspectos indissociáveis da educação da criança de 0 a 5 anos de idade.

Segundo Bujes, a educação Infantil, tal como a conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica

entre os aparelhos administrativos, médico, jurídico e educacional – incluídas aqui família e escola – devidamente assessorados por um saber científico. Ainda que tal aliança não exista a partir de uma intencionalidade prévia, ela tem por finalidade o governo da infância, a fabricação do sujeito infantil (2002, p.42).

Implica a compreensão dos elementos da prática educativa diretamente relacionados ao desenvolvimento da criança a partir das linguagens infantis como o desenho, as brincadeiras, a música, a contação de histórias e literatura infantil clássica, o faz de conta, a dança, a pintura. Assim, identificar no dia a dia da sala de aula alguns elementos impulsionadores do desenvolvimento infantil na aprendizagem como, por exemplo, a mediação pedagógica de qualidade que provoca necessariamente a intencionalidade da ação e a sistematização de conhecimentos.

Daí que o profissional que atende a essa clientela deve estar capacitado para exercer esse papel. De acordo com a LDB (BRASIL, 1996) em seu art. 61 devem ser considerados profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 1996).

Ou seja, o docente da educação infantil assim como das demais modalidades de ensino deve ser habilitado para desenvolver o educando nas suas potencialidades.

Dos estudos realizados, ressaltamos a formação dos profissionais da educação infantil em consonância com informações e conhecimentos acerca das especificidades da infância como a importância dos espaços físicos da Instituição, desde salas, brinquedoteca, refeitório, banheiro, parque, cozinha e demais dependências; a questão da organização das carteiras e cadeiras, decoração, mobiliário, recurso e material pedagógico para uso das atividades correntes, quantidade, qualidade e disposição dos brinquedos; a oferta à criança de atividades que componham todas as linguagens infantis (oral, dramática, plástica, desenho, atividades gestuais/corporais, brincadeiras, aritmética, psicomotora, desenvolvimento de valores ético morais) para o desenvolvimento máximo de suas habilidades.

2.4 O Direito ao Brincar

Estar na escola é um direito de toda criança desde o seu nascimento. Este direito está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e registrado também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

No Brasil, a educação infantil, etapa inicial da educação básica, atende crianças de zero a cinco anos. Na primeira fase de desenvolvimento, dos zero aos três, as crianças são atendidas nas creches ou instituições equivalentes. A partir daí até completar cinco anos, frequentam as pré-escolas (BRASIL, 1996).

Esta organização reflete uma mudança de concepção acerca da educação infantil. Em vez de serem consideradas como ação de assistência social ou de apoio às mulheres trabalhadoras, estas instituições passam a fazer parte de um percurso educativo que deve se articular com os outros níveis de ensino formal e se estender por toda a vida.

Mas a primeira etapa deste percurso se orienta não para conteúdos ou o conhecimento formal. Antes de tudo, a educação infantil deve atuar sobre dois eixos

fundamentais: a interação e a brincadeira (BRASIL, 1996). A proposta pedagógica e as atividades devem considerar estes eixos. Desse modo o ambiente escolar também deve refletir esta preocupação. A indicação é que o espaço seja dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos (DUARTE, 2009, p.4).

Além das muitas importâncias, o brincar, desenvolve os músculos, a mente, a sociabilidade, a coordenação motora e além de tudo proporciona a felicidade de uma criança. O ato de brincar pode vir a exercitar as potencialidades, provocar o funcionamento do pensamento, e construir assim, conhecimento sem estresse ou medo. Toda criança que brinca tem mais chances de vivenciar uma infância feliz, além de tornar-se um adulto muito mais equilibrado física e emocionalmente, contribuindo ainda na superação dos problemas com mais facilidade.

A criança é curiosa e imaginativa, está sempre experimentando o mundo e precisa explorar todas as suas possibilidades. Ela adquire experiência brincando. Isso a prepara para serem cidadãos capazes de enfrentar desafios e participar da construção de um mundo melhor. Ou seja, a criança que participa de brincadeiras vive experiências que irão ajudá-las a amadurecer emocionalmente e desenvolver uma melhor convivência com as outras pessoas.

Segundo Duarte (2009, p.5) Por meio da brincadeira a criança envolve-se no jogo e sente a necessidade da presença do outro.

Ainda que em postura de adversário, a parceria estabelece relações de convivência. Competir em um jogo é um ponto que deve ser levado em consideração, porque estimula na criança o desejo de se superar e, por conseguinte conseguir a vitória através de seus conhecimentos e habilidades. Os jogos em grupos exigem identificação do aluno com o grupo, geram direitos e deveres, ensinado-o a conviver e a participar mantendo sua individualidade.

É possível destacar que brincar proporciona: exposição das potencialidades cognitivas e motoras dos participantes, afeta as emoções, põe à prova as aptidões testando limites, desenvolve capacidades indispensáveis a sua futura atuação profissional, desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, entre outras habilidades.

A educação infantil é o palco perfeito para introduzir o lúdico de forma prazerosa, estimulando o conhecimento. É possível utilizar os jogos e as brincadeiras nesse ambiente e desenvolver o cognitivo, a criatividade, a interpretação, as habilidades de pensamento, a imaginação, tomada de decisão, organização, regras, a afetividade, o companheirismo, a disciplina, a organização dos brinquedos, entre outras.

Em razão do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1996), é dever do poder público assegurar o direito das crianças e adolescentes à educação. O artigo em seus incisos I, II, IV e VIII, expressam que

a educação básica obrigatória é gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, sendo oferecido a pré-escola, educação infantil, ensino fundamental e médio sendo necessário o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Pela leitura do documento (BRASIL, 1996), entende-se que o acesso à educação infantil é universal, em que pese não haver obrigatoriedade dos pais em colocá-los na escola até os seis anos de idade. Pelo artigo 18 do referido documento a educação infantil deve integrar o sistema municipal de ensino.

Dessa forma, fica evidente que os municípios deverão priorizar seus investimentos na educação infantil, sem prejuízo da oferta regular do ensino fundamental. Sabe-se que o poder público não assegura, ainda, o atendimento de 100% da demanda na educação infantil.

Tendo em vista os dispositivos legais mencionados se tem que, gradativamente, e de forma articulada com as demais políticas e programas, haver um aumento no número de vagas na educação infantil, até que se possa atender plenamente a demanda nesta etapa de educação. Pois, crianças que frequentam escolas de educação infantil ganham maior estímulo e tornam-se mais preparadas para ingressar no ensino obrigatório, com melhor aproveitamento escolar.

A Constituição Federal brasileira considera a criança prioridade absoluta, sendo esta um sujeito de direitos e por ser pessoa em desenvolvimento é

merecedora de atendimento na área educacional desde os primeiros anos de sua vida (BRASIL, 1998). Já a LDB em seu art. V que trata da família e escola, defende que esta última deve possibilitar

o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASIL, 1996).

Assim, estes critérios lembram que as crianças têm direito à brincadeira, à atenção individual, a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante, ao contato com a natureza, a higiene e à saúde, a uma alimentação sadia, entre outros. E que segundo o documento cabe a família “zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola” (BRASIL, 1996) Também registram que as crianças têm direito a atenção especial nos períodos de adaptação à creche.

O ato de brincar não é somente “o brincar por brincar”, mas sim o que ela representa para quem brinca. O brincar está no desenvolvimento do aprender, abrangendo crianças e adultos, pois todo ser humano independente de faixa etária poderá desfrutar dos benefícios do brincar. Alias, vivemos em sociedade em que o “tempo corre” e momentos maravilhosos, muitas vezes, só poderão acontecer através do brincar.

Como nos diz o documento em seu art. 6º “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (BRASIL, 1996). E ainda para reforçar o direito de a criança estudar a lei diz

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação (BRASIL, 1996).

Mas será que sempre o que está previsto é atendido? Portanto, utilizando o que está escrito no documento em seu art. 11 o qual diz que os Municípios incumbir-se-ão de:

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

É de suma importância a efetuação dessa política de atendimento através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais. Dessa forma, é urgente que haja a reordenação das instituições e a implementação das políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. A política educacional trata de assegurar um dos direitos elementares, que é o direito de acesso à escola e, sobretudo, a um atendimento de qualidade tanto na educação infantil, quanto no ensino fundamental e no ensino médio.

2.5 A Importância do Jogo nos Documentos Oficiais

A própria Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (1998) vem falando da importância que o brincar tem em relação à formação da criança. Neste sentido ele vem dizendo que a noção de criança é construída historicamente, que ela muda de acordo com o tempo histórico e as diferentes culturas. Ela é marcada pelo meio social e também o marca. E, além disso, ela tem a compreensão do que está ocorrendo a sua volta, percebem as relações contraditórias que ocorrem ao seu redor e as transferem em suas brincadeiras, demonstrando sua condição de vida, seus desejos, anseios, medos, alegrias, em fim, seus sentimentos.

Assim, as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Uma das brincadeiras também importantes dentro de uma instituição infantil é o faz de conta, pois enriquece o ambiente escolar, oportuniza a criança desenvolver a imaginação, observação, reflexão, raciocínio, e a interpretação da realidade onde a criança está inserida, possibilitando vivenciar a forma de agir das pessoas, reconstruindo e transformando do seu jeito. Ressalta o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil:

No faz de conta, as crianças aprendem a agir em função da imagem de uma pessoa, de uma personagem, de um objeto e de situações que não estão imediatamente presentes e perceptíveis para elas no momento e que evocam emoções, sentimentos e significados vivenciados em outras circunstâncias. Brincar funciona como um cenário no qual as crianças tornam-se capazes não só de imitar a vida como também de transformá-la. (BRASIL, 1998, p.22).

No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação (BRASIL, 1998, p. 22).

As crianças recriam e repassam aquilo que vivem através do brincar. “Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada” (BRASIL, 1998, p.23). Além disso, a brincadeira proporciona que a criança aumente sua autoestima por fazer com que a aquisição de conhecimento se dê de forma criativa. Sobre isso em seus objetivos a Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1998), traz a seguinte contribuição:

Fortalecer parcerias para assegurar, nas instituições competentes, o atendimento integral à criança, considerando seus aspectos físico, afetivo, cognitivo/linguístico, sociocultural, bem como as dimensões lúdicas, artística e imaginária (BRASIL, 1998, p. 23).

E ainda complementando com outras contribuições, é visto que

(...) Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo (...) (BRASIL, 1998, p. 23).

Desta forma o RCNEI vem falando sobre todo o processo que permeia o ato lúdico e da importância deles na formação das crianças na educação infantil. A Política Nacional de educação infantil (BRASIL,1998), traz outras contribuições em relação a esta temática, como a expressão livre, a importância do brinquedo, e também o compromisso do Estado em financiar a aquisição dos brinquedos nas instituições de educação infantil, sempre relacionado à sua infraestrutura.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL,1998) deve ser entendido como uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que visa à estruturação de propostas educacionais adequadas à especificidade de cada região do país. O documento mostra a importância ao ser reconhecida e apoiada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como cabe à escola compreender e mudar, modificar com a sociedade, adaptando ao currículo.

A função deste documento é estabelecer parâmetros estaduais e municipais com o objetivo de dar suporte à ação pedagógica, orientar a forma de proporcionar um conteúdo programático em cada faixa etária, promovendo o enriquecimento da prática pedagógica para que o professor possa desenvolver um trabalho com mais desenvoltura e eficácia, atendendo de fato a necessidade de cada criança.

2.6 Lúdico e Aprendizagem: a presença do Jogo na Escola (BROUGÈRE)

Partindo do pressuposto de que o brincar possui caráter social, ele age como socializador no mundo infantil. Podemos afirmar de acordo com Brougère (1995), a socialização é vista “como o conjunto dos processos que permitem à criança se integrar ao “*socius*” que a cerca, assimilando seus códigos, que lhe permite instaurar uma comunicação com os membros da sociedade, tanto no plano verbal quanto no não verbal” (BROUGÈRE, 1995, p. 61-62).

O brinquedo que tem representação social é aquele que possui um caráter específico, como no caso dos brinquedos industrializados ou artesanais, que são reconhecidos por traços intrínsecos pelo seu consumidor em potencial. Este brinquedo transmite a crianças traços culturais da sociedade em que está inserido. Brougère (1995) relata que “esse brinquedo pode ser considerado como uma ‘mídia’ que transmite à criança certos conteúdos simbólicos, imagens e representações produzidas pela sociedade que a cerca” (BROUGÈRE, 1995, p. 63).

Além de que, ainda segundo Brougère (1995), é com o brinquedo que as crianças constroem suas interações sociais, pois se instaura relações de posse, de utilização, de abandono, de perda, de desestruturação, o que será reproduzido em sua vida futura.

No caso do brinquedo industrializado ou artesanal, o conteúdo simbólico já vem definido, como diz Brougère (1995), neste caso a especificidade do brinquedo está no fato de ele possuir volume, de propor situações originais de apropriação, convidando a criança à manipulação lúdica, a decifrar os códigos contidos no brinquedo, assim ela irá assimilar os códigos sociais, “dispondo de imagens sociais e de pontos de referencia que ela poderá acionar em outros campos” (BROUGÈRE, 1995, p. 66).

É neste brincar compartilhado que acontece a socialização da criança, pois o próprio brinquedo “estimula condutas mais ou menos abertas, estrutura comportamentos e aparece, portanto, como exercendo, nesse nível, uma função de socialização que permite a inscrição de comportamentos socialmente significativos na própria ação da criança” (BROUGÈRE, 1995, p. 66).

Segundo Brougère (1995), mesmo o brinquedo invocando as brincadeiras, sua função não se limita somente a este aspecto, sendo portador de uma multiplicidade de relações em potencial.

O primeiro nível é aquele do objeto possuído, no sentido em que ele pertence à criança de um modo mais claro, menos ambíguo, do que os outros objetos que a cercam. A criança passa, assim, pela experiência da posse das negociações necessárias com os outros, diante do desejo de utilização. Um indivíduo social é aquele que se situa nas relações que mantém com os objetos e

que é, igualmente, situado pelos outros segundo suas relações com os objetos. (BROUGÈRE, 1995, p. 67).

Outro aspecto do brinquedo é o fato de que ele insere a criança no mundo do consumo, pois ela possui, mesmo limitada, a autonomia de escolha sobre o brinquedo e muitas vezes, dependendo do recurso que dispõe, a compra do brinquedo. Este fato demonstra a existência de negociações e a construção de relações em torno do objeto. Além de que o brinquedo também possui características afetivas. Porém, o conteúdo simbólico é sempre algo essencial independente do aspecto que o brinquedo estabeleça.

Segundo estudos realizados com crianças entre 4 a 8 anos, utilizando os bonecos fantásticos, próprios de uma serie televisiva (BROUGÈRE, 1995, p. 69), pode se constatar que

a criança interioriza as formas imaginárias, o próprio processo da produção imaginária, apoiando suas próprias invenções em esquemas preexistentes que são os mesmos encontrados na literatura tradicional dos contos e lendas (BROUGÈRE, 1995, p. 70).

Desta forma foi possível constatar que, por meio da brincadeira a criança se apropria de códigos sociais, que ocorrem pela transposição imaginária, manipulando valores, lidando com medos, com situações motoras, em suma com toda uma gama de comportamentos individuais, lidando com tendências motrizes e psíquicas do indivíduo, que se diferem segundo o gênero da criança.

Assim, o brincar além de ser a via pela qual a criança experiêcia o mundo, adquire e reconstrói sua cultura, as regras sociais, o desenvolvimento cognitivo, entre outras inúmeras contribuições, o brincar pode ser considerado a via pela qual a criança vivenciará suas experiências, desejos, e também seus traumas, fazendo dela a sua linguagem, e a educação pode utilizar desta linguagem para interagir com a criança, buscando conhecer mais deste universo complexo que é a infância.

3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA A ESCOLA

Desde os primórdios a família foi o primeiro contato que a criança teve, sendo este a base para o bom desenvolvimento do intelecto desta. Pois os pais acabam assumindo nos primeiros anos de vida das crianças a função de educá-las para a vida.

Até os dias atuais, há certa dificuldade em se conceituar família, dada a complexidade dos arranjos existentes na sociedade contemporânea. A respeito disso, Osório (1996, p. 14) nos diz que:

[...] a família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições; ou seja; é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano.

Vale ressaltar, que antigamente as crianças eram tidas como adulto em miniatura, não havendo cuidados especiais com elas. Porém com o passar do tempo, essa concepção mudou, e na atualidade, a maioria das famílias tem, ou ao menos deve ter, consciência do seu papel na formação humana e social, enfatizando o desenvolvimento da criança. Cabendo a estas acompanhar o educando na vida escolar. O artigo 205 da Constituição Federal nos diz que:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Através da reflexão trazida pela Constituição Federal deixa evidente o papel da família na educação da criança, visando o desenvolvimento humano, a formação cidadã e profissional.

Atualmente as escolas vêm enfrentando problemas no que se refere à participação e o acompanhamento da família no ambiente escolar. Sendo esta de fundamental importância para o bom desempenho educacional e social das

crianças. Com isso, fica evidente a obrigação da família na educação das crianças, devendo esta se fazer participante na vida escolar destas. O reconhecimento da participação dos pais na educação de seus filhos está presente também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seu artigo 1º nos diz que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Considerando os pressupostos legais percebe-se que as influências destes não são suficiente para superar os problemas vivenciados no dia a dia das escolas, que em muitos casos, contam com a omissão total ou parcial do pais para a resolução de conflitos ou para o planejamento de estratégias para fortalecer o aprendizado do educando.

Segundo os pressupostos de Gema (2007), há uma concordância que a relação com a família é um elemento essencial na educação, devendo esta ser mais estreita se a criança for pequena. Porém essa relação entre escola e família, quando existe, são escassas e frágeis, o que deixa a desejar no âmbito educacional.

A fragilidade e escassez nas relações entre escola e família acabam por comprometer o bom desenvolvimento das práticas pedagógicas, bem como o processo ensino e aprendizagem. Ficando, na maioria das vezes, a responsabilidade da educação dos educandos para a escola, que em geral, deveria interligar estes ao conhecimento científico sistematizado.

A relação entre a escola e a família é de suma importância para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Pois através dela, pais e profissionais da educação terão a oportunidade de conhecer a realidade deste no ambiente familiar e no ambiente escolar, o que favorece o desenvolvimento de práticas educativas para fortalecer o processo ensino aprendizagem.

A educação é compreendida como um direito de todos e sua principal missão é contribuir para a formação de sujeitos autônomos, éticos, participativos e

críticos, capazes de compreender e estabelecer críticas ao sistema vigente na atualidade, que muitas vezes acaba por alienar os indivíduos.

Para fortalecer a parceria entre essas duas instituições, faz-se necessários que ambas as partes tenham consciência da importância de sua participação para a efetivação de uma educação qualitativa, laica e gratuita. Sendo assim, essa parceria se concretiza quando escola e família se unem em prol de um objetivo comum, que é formar cidadãos conscientes e críticos da sociedade em que estão inseridos, com valores éticos e morais e com uma perspectiva de um futuro promissor.

A família pode participar de várias maneiras na vida educacional do estudante, podendo acompanhar tarefas destinadas para casa, acompanhar trabalhos escolares, verificar se o filho fez as atividades solicitadas pelo professor, estabelecer horário de estudo, informar-se sobre matérias e provas, dentre outras ações que fortalecem o processo ensino aprendizagem.

Porém, muitas vezes não há essa relação favorável ao desenvolvimento do educando, pois a família acaba por “jogar” a criança na escola, e incumbi-la de toda responsabilidade, ficando a margem do processo ensino aprendizagem. Pois, conforme sabemos, quando escola e família mantêm relações estreitas e saudáveis, acabam por proporcionar melhores condições de aprendizado, e o desenvolvimento da criança pode ser maximizado. Sendo assim, escola e família devem buscar mecanismos que favoreçam essa parceria em prol da formação humana e cidadã dos educandos.

Família e escola são pontos de apoio para o sucesso escolar das crianças e dos jovens, a parceria de ambas as partes favorece a construção de conhecimento científico, para eles se adaptarem as novas realidades sociais a partir da educação familiar e escolar, para isso é necessário a presença da família intervindo na escolaridade da criança.

De acordo com Chalita (2001 p. 19) do nascimento até a autonomia do ser,

é fundamental que família tenha laços de afetividade e sentimentos emocionais para com criança para um bom desenvolvimento psicológico e social. O sucesso educacional em partes é responsabilidade da família, por este motivo acompanhar a vida escolar das crianças é muito importante: participar das reuniões de pais e responsáveis, perguntar o que há de bom na escola a criança, o que aprendeu, realizar as atividades de casa se

possível junto a ela, enfim estimular desde cedo a importância de estudar, com muito amor, não pode ser de forma sofrida para a criança caso contrário, o ato de estudar passa a ser algo ruim para ela e como isso surge o desinteresse pelo ato de estudar.

As crianças por natureza necessitam de apoio, segurança, amor e ser valorizada pela família, então o ambiente familiar saudável é aquele que oferece condições afetivas e emocionais. Almeida (1993 apud NETO, p. 2012) diz que “a afetividade vem antes da formação de diversas sensações da criança”.

Segundo Chalita (2001 p. 20), a família tem a responsabilidade de: “formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. A família é um espaço em que as máscaras devem dar lugar à face transparente, sem disfarces. O diálogo não tem preço”. Muitas dos maus e bons comportamentos vivenciados na escola são reflexos do tipo de afetividade que a criança recebe em casa é importante deixar salientar que ser afetuoso com as crianças não é mimá-las, deixar fazer o que quiser, mas mediar com paciência os erros e acertos delas. Para Silva e Varane (2010, p.516):

É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos o valor ético e humanitário, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Nesse sentido, a família deve ser parceira da escola, por que ambas devem ensinar o que é considerado coerente, e na mesma língua, caso contrário a formação humana e crítica do sujeito será fragmentada e corrompida. Com relação ao material é essencial que esta relação comece desde a educação infantil por meio de “presentes” pedagógicos; livrinhos de histórias ilustrados, contar e refletir sobre as histórias lidas, jogos de letras, enfim tudo aquilo que leve a criança a gostar da escola.

Isto por que desde o nascimento a criança incorpora o modo de vida dos que a rodeiam, logo se quiseres que ela goste de estudar, o hábito da leitura pelas pessoas que convivem com a mesma é importante. Propor visitas à biblioteca,

galerias de artes, teatro, brincar com jogos pedagógicos. Favorece o gosto pela leitura e escrita. Um ambiente instigador de aprendizagens significativo pode contribuir com o sucesso escolar no futuro dessa criança.

Como afirma Lahire (2004 apud FERREIRA, 2008, p.04) “a personalidade da criança é delineada pelo primeiro universo que a circunda”. Podendo favorecer a constituição dos esquemas cognitivos e uma maior autonomia na aprendizagem em vida escolar. Segundo Piaget (1984, apud SOUZA, 2009, p. 06):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades.

É relevante a família buscar conhecer a filosofia educacional da escola e o tipo de abordagem de ensino que a instituição defende como coerente e importante para a formação humana e técnica do corpo docente. Este pode ser um dos pontos mais importante da escolarização de um indivíduo. Ou seja, os responsáveis pela criança ou jovem devem sempre buscar dialogar com elas, a fim de orientá-las acerca do respeito aos professores e colegas, seguir o regimento interno da escola, realizar suas tarefas.

A escola precisa trazer a família para seu interior e comentar sobre a relevância do contato dela com a escola, da participação nas reuniões de pais e na entrega de resultados das atividades, dessa maneira os responsáveis pela criança ficam cientes das dificuldades e dos bons desempenhos apresentados pelos filhos. Quanto maior for a parceria entre escola e família, mais positivos e significativos serão os resultados da aprendizagem da criança. A participação dos pais na educação dos filhos deve ser constante e consciente.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho contou com pesquisa teórica através da contribuição de estudiosos que abordam sobre a temática estudada e análise de documentos oficiais, os quais subsidiaram o corpus da pesquisa. Também buscou-se fundamentação através de pesquisa de campo a qual contou com a participação de algumas mães de crianças da educação infantil.

4.1 Locus da pesquisa

A pesquisa foi realizada na EEFI Maria Rodrigues Sampaio, localizada na comunidade de Vila Rica distrito de Várzea da Onça pertencente ao município de Quixadá- CE. Município que fica a aproximadamente 365 Km da capital de Fortaleza, cujo nome é de origem indígena que significa “curral de pedras, pois é uma região rodeada de monólitos, tendo como ponto turístico a “Pedra da Galinha Choca”, um monólito que apresenta forma de galinha e a “Pedra do Cruzeiro”, um monólito muito alto que é visto na cidade inteira. Por causa desses monólitos o clima da cidade é muito quente.

A instituição investigada atende a uma clientela de 125 educandos, sendo estes divididos em 27 no ensino infantil e 98 no ensino fundamental I. A clientela atendida é da zona rural e apresenta em sua maioria baixa renda, tendo como renda o que produz na agricultura e o benefício do governo federal. Os pais não são escolarizados, sendo poucos os que concluíram o ensino fundamental.

4.2 Tipo de Pesquisa

A proposta foi desenvolvida por meio de pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, a qual se deu através de pesquisa documental de teóricos que abordam sobre a temática e também contou com pesquisa de campo com aplicação de questionário (Apêndice I) com perguntas fechadas e abertas, a qual

buscou investigar qual a importância dada pelas famílias ao jogo na aprendizagem das crianças na educação infantil.

A preferência pelo estudo qualitativo reside em sua característica fundamental que, em equivalência com a sua postura científica adotada, permitiu a busca das relações de significados dos fenômenos, a partir da perspectiva de indivíduos neles envolvidos. Do ponto de vista dos objetivos, o presente trabalho é do tipo exploratório, pois pretendeu conhecer e clarificar um fato e lançar um olhar diferenciado sobre o mesmo. Também possui um caráter descritivo, já que segundo Gil (2002, p. 42), há uma preocupação com “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, de relações entre variáveis”.

O campo de pesquisa foi selecionado por conveniência, diante da participação da pesquisadora na instituição, na qual já trabalha como professora da educação infantil desde o ano de 1993. Essa atuação possibilitará um maior contato com as pessoas abordadas nesta pesquisa. Segundo Minayo (1994, p. 15), “uma investigação é, por definição, algo que se procura; é um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceito como tal, com todas as hesitações, os desvios e as incertezas que isto implica”.

Para a realização dessa jornada foi necessário um planejamento do caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade. De acordo com o autor acima “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1994, p. 16). Ou seja, precisamos de parâmetros para caminhar no conhecimento, ao passo que a criatividade do investigador não pode ser desvinculada desse processo.

Minayo(1994) enfatiza a importância da inserção do investigador na produção do conhecimento, uma vez que este se orienta por suas próprias ideias, intuições e opiniões. Não se pode deixar de mencionar ainda o caráter também ativo do próprio objeto do conhecimento, que atua sobre esse processo muito além da própria consciência do pesquisador.

Para Rey (2002, p. 39) a pesquisa se apresenta como sendo um “processo constante de produção de ideias que organiza o pesquisador no cenário complexo

de seu diálogo com o momento empírico” e defende a especificidade da produção do conhecimento em que se produz conhecimento sobre um “objeto” de pesquisa idêntica ao pesquisador.

4.3 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa são os pais de estudantes da instituição descrita em tópico anterior. A maioria das famílias mora em casas próprias, pequenas, mas são suas. Estas são baixa renda ou não têm renda, ou seja, vivem precariamente, sendo obrigadas a sobreviverem de trabalhos informais e temporários, quase sempre trabalhos agrícolas.

Há muitos casos de brigas familiares e separação de pais. A evasão escolar acontece por vários motivos, dentre eles: nasce um irmão (ã), então o irmão (ã) é obrigado (a) a faltar as aulas para cuidar desse bebê; mudança de localidade; brigas familiares, entre outros.

4.4 Aplicação do Instrumento de Pesquisa

Como a presença da pesquisadora nas classes estudadas, já é constante pois a mesma trabalha na instituição pesquisada, os pais não demonstraram resistência para participarem da aplicação dos questionários. Tudo aconteceu de forma bem tranquila, o questionário foi entregue às mães, já que não foi visto nenhum pai na escola, para que fosse respondido num momento oportuno para essas.

O questionário por conter respostas objetivas e discursivas demandava um tempo maior para ser respondido, dessa forma o retorno deles e das respostas demorou algum tempo, cerca de 2 dias, fato que não atrapalhou o andamento do trabalho. Destaca-se que foi entregue além do questionário um termo de consentimento (Apêndice 2) para a divulgação da pesquisa.

4.5 A pesquisa

A pesquisa se deu de forma tranquila, a escola na figura dos gestores, não impôs obstáculos, até pelo fato de a pesquisadora trabalhar na referida instituição. As mães responderam prontamente assim como as professoras.

O processo de coleta de dados aconteceu da seguinte forma: a primeira visita destinou-se à apresentação da proposta de pesquisa para a direção e as professoras, cujas turmas foram investigadas. Tanto o núcleo gestor quanto às professoras não se opuseram quanto ao estudo realizado. Nas visitas subsequentes, aconteceu a apresentação da pesquisa aos pais/responsáveis seguida da entrega do questionário às mães. E por último, após dois dias, o recebimento do instrumental. Tudo isso se deu de forma tranquila, tendo em vista a familiaridade que a pesquisadora tinha com os envolvidos na pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: VISÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS

A pesquisa teve como objetivo investigar sobre a importância que pais/responsáveis e professores dão ao jogo como ferramenta lúdica no desenvolvimento das crianças da educação infantil. Para a coleta de dados, foi apresentado aos participantes da pesquisa um roteiro de questões, sendo que foram entrevistados 12 em um total de 10 pais, sendo 5 mães de educandos matriculados no Jardim I e 5 no jardim II e 2 professoras das respectivas modalidades. A entrevista foi realizada no mês de março do ano de 2015. A escolha se deu aleatoriamente no espaço escolar.

5.1 A visão dos pais/responsáveis

O primeiro questionamento foi sobre a faixa etária das crianças.

Figura 1

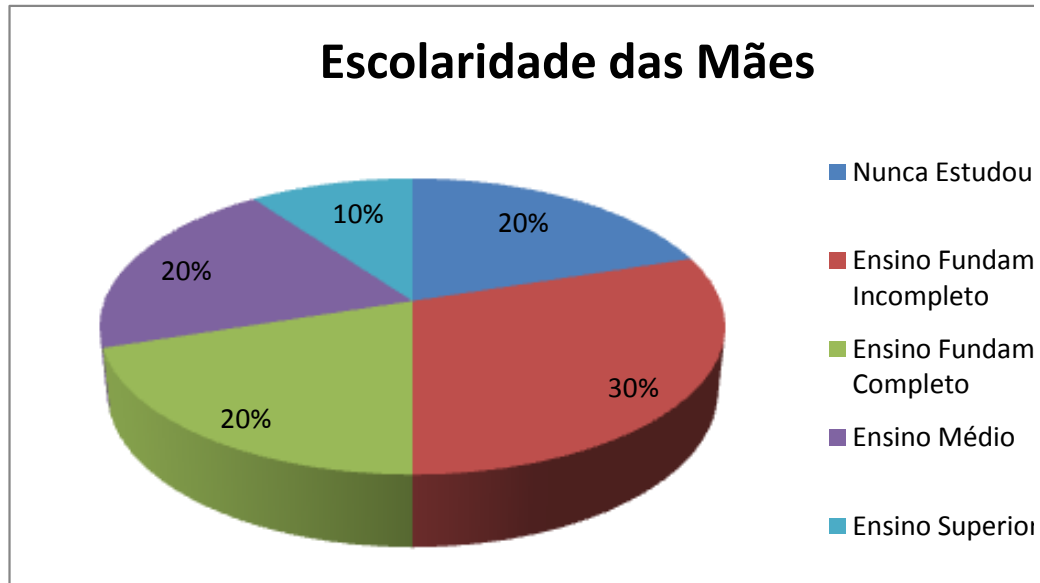


Fonte: Word 2007

Como era de se esperar pela modalidade investigada, metade conta quatro anos e a outra metade cinco anos. Não foi utilizada encontrada na pesquisa crianças menores de quatro anos.

Quanto à escolaridade dos pais tem-se o seguinte dado:

Figura 2



Fonte: Word 2007

Através dos dados coletados observou-se que duas mães nunca estudaram, três têm fundamental incompleto, duas ensino fundamental completo, duas têm ensino médio e apenas uma está cursando nível superior.

Ao serem perguntadas sobre a participação dessas mães nas atividades da escola, a maioria respondeu que só ia a escola deixar e buscar os filhos. Uma mãe disse que nunca ia à escola. Isso demonstra o quanto os pais não se sentem parte da escola e acreditam, pelo fato de levar e buscar seus filhos, que fazem a parte deles. Principalmente a mãe que nunca vai a escola nem mesmo deixar e buscar seu filho.

Os pais/ responsáveis não compreendem que é preciso haver uma parceria entre família e escola e para que isso aconteça, a presença destes na escola se faz necessário. De acordo com Paro (2008, p. 50) “a instituição de ensino necessita da adesão dos familiares aos propósitos educativos a que ela deve visar, e essa adesão deve redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho dos alunos”.

Porém, contrapondo o que foi dito, ao ser perguntado sobre a parceria entre escola e família a maioria respondeu que esta relação deve ser de amizade, união e com bastante diálogo. Apenas uma mãe disse que não sabia como deveria ser essa

parceria. Ou seja, essas mães demonstram ter consciência da importância desse elo entre família e escola, mesmo que na maioria das vezes não consigam cumprir com as tomadas de decisões e o fazer pedagógico.

Paro (2001, p. 58), quanto ao papel da família para com a educação enfatiza

a importância da adesão dos pais aos propósitos educativos da escola e destaca “[...] que essa adesão precisa redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante”. Conforme este autor, para o bom desempenho dos alunos há um caminho longo a percorrer no interior da própria escola, “[...] em termos da adequação de seus objetivos e de seu aparelhamento material, humano e metodológico”, e enfatiza que não se pode estar alheio a isto.

Ao questionamento de como era feito o acompanhamento dos estudos dos filhos, obteve-se as seguintes respostas: a maioria disse que não acompanhava os estudos dos filhos porque não tinha tempo e o restante disse que ajudava na tarefa de casa e que ia à escola quando a professora chamava.

Através das respostas dadas pode-se perceber que aos estudos dos filhos não é dada muita importância, e que essa atribuição fica para as mães, as quais sempre se queixam de não terem tempo, pois têm muitas atribuições a serem feitas. Em relação às tarefas de casa, Libâneo (1991 apud Paula, 2000) destaca que, ao auxiliarem seus filhos, os pais tomam contato com o trabalho realizado na instituição de ensino.

Ao serem questionadas sobre as brincadeiras, quase todas as mães disseram concordar com o uso de brincadeiras e jogos na educação infantil, tendo apenas uma mãe se mostrado contra, pois para ela “a escola é lugar de aprender e não de perder tempo com brincadeiras”. Esta mãe afirma que o filho deveria estar estudando o alfabeto ou contando até dez e que brincar era perda de tempo.

Assim, é visto a aprovação da maioria das mães sobre o brincar, mesmo que essas não tenham um conhecimento mais específico sobre isso, acreditam que as brincadeiras fazem bem aos seus filhos. De acordo com Winnicott (1975, p.80). “É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral; e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu”. No ato de brincar a criança estabelece vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem

com outros papéis, ou seja, no lúdico a criança transforma os conhecimentos que já possui anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca.

Complementando ao questionamento anterior foi perguntado a essas mães se consideravam a brincadeira e os jogos importantes para o desenvolvimento das crianças, quase todas responderam que sim, só que não souberam explicar como. E apenas duas mães responderam que não. Apesar de não saber dizer como essas atividades lúdicas auxiliam no desenvolvimento dos filhos, as mães ressaltaram o fato de que essas chegavam em casa falando das brincadeiras e dos jogos com alegria e entusiasmo. E que se mostravam felizes e ansiosas por voltarem à escola no dia seguinte. Isso mostra o quanto as atividades lúdicas fazem bem a autoestima, expressividade e sociabilidade das crianças.

O brincar é uma atividade espontânea e necessária; para brincar é preciso que as crianças tenham certa independência para escolher seus companheiros, os papéis que assumirão no decorrer da brincadeira, o tema, o enredo, todos dependendo unicamente da vontade de quem brinca e é através do lúdico que a criança constrói seu próprio mundo, dá evolução aos pensamentos, colaborando sobremaneira no aspecto social, integrando-se na sociedade.

O brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Também se tornam autoras de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em práticas suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas de forma livre (BRASIL, 1998, p.23).

Segundo Kishimoto, (2002), brincar é a fase mais importante do desenvolvimento humano. Por ser a autoativa representação do interno, ocorre a representação de necessidades e impulsos internos. Fica claro então, que o brincar para a criança não é apenas uma questão de diversão, mas também de educação, construção, socialização e desenvolvimento de suas potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do processo de formulação deste trabalho pode-se analisar a abordagem histórica da conceitualização do brincar como algo essencial para a formação humana e as contribuições que ele traz para a educação, mais especificamente para a educação infantil.

Antigamente, as crianças eram consideradas adultas em miniatura, ou seja, não podiam ter um comportamento infantil e, não importando o fato de serem pequenas, elas deveriam possuir responsabilidades. Suas vestes eram idênticas aos dos adultos. E era esperado que esses pequenos agissem como adultos, não tendo o direito ao brincar.

Os pais decidiam o futuro das crianças e, se a família a que pertenciam possuía bens, elas eram educadas, recebendo estudos, mas, se suas famílias eram pobres, sua educação era voltada para o trabalho.

Posteriormente, é que ficou entendido que a criança não era um adulto pequeno. Foi percebido que ela tem necessidades e características próprias e vai se tornar um adulto quando passar as etapas do seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional. E para auxiliar no processo desses desenvolvimentos têm-se o brincar.

Isso é garantido através dos relatos contidos no RCNEI e também na LDB os quais mostram que o brincar está sendo visto como algo a mais do que apenas práticas próprias da infância. Estes documentos atribuem ao brincar conceitos tais como socialização, aquisição e reconstrução cultural, forma de interação com o mundo, além disso, apresenta vários outros conceitos além dos que já foram abordados no desenvolvimento deste trabalho.

Com esta pesquisa pode-se verificar a real importância do jogo, principalmente para os pais/responsáveis de educandos da educação infantil. Para essas mães o jogar está relacionado ao sentir-se bem e gostar da escola, ou seja, o foco da atividade lúdica está associado a questões afetivas e de lazer e não de aprendizagem. Embora predomine, na maioria das situações, o prazer como distintivo do jogo, há casos em que o desprazer é o elemento que o caracteriza. Vygotsky é um dos que afirmam que nem sempre o jogo possui essa característica, porque em certos casos, há esforço e desprazer na busca do objetivo da

brincadeira. A psicanálise também acrescenta o desprazer como constitutivo do jogo, especialmente ao demonstrar como a criança representa, em processos catárticos, situações extremamente dolorosas.

O caráter "não sério" apontado por Huizinga (1951) não implica que a brincadeira infantil deixe de ser séria. Quando a criança brinca, ela o faz de modo bastante compenetrado. A pouca seriedade a que faz referência está mais relacionada ao cômico, ao riso, que acompanha, na maioria das vezes, o ato lúdico e se contrapõe ao trabalho, considerado atividade séria. Ao postular a natureza livre do jogo, Huizinga (1951) o coloca como atividade voluntária do ser humano. Se imposto, deixa de ser jogo (HUIZINGA, 1951apud KICHIMOTO, 1994, p. 113).

Para as mães as atividades com jogos e brincadeiras fazem parte da rotina das crianças e têm como objetivo passar o tempo e diverti-las. Inclusive teve uma mãe que considera esse tipo de atividade como perda de tempo e até colocou que a filha dela estava na escola para aprender e não para brincar. Ou seja, tanto as mães que aceitam o jogo e as brincadeiras quanto a mãe que não aceita estão desinformadas sobre o real papel que esse tipo de atividade pedagógica tem no desenvolvimento de seus filhos e que diferente do que elas pensam os jogos podem ser utilizados para introduzir, para amadurecer conteúdos e preparar o educando para dominar os conceitos trabalhados.

A brincadeira é uma linguagem da criança e é importante que esteja presente na escola desde a educação infantil para que o aluno possa se colocar e se expressar através de atividades lúdicas, destacando-se aqui as brincadeiras e os jogos. Brincar é fonte de lazer, mas é, simultaneamente, fonte de conhecimento; é esta dupla natureza que nos leva a considerar o brincar parte integrante da atividade educativa. Desse modo, o jogo e a brincadeira são sempre situações em que a criança realiza, constrói e se apropria de conhecimentos das mais diversas ordens. Eles possibilitam, igualmente, a construção de categorias e a ampliação dos conceitos das várias áreas do conhecimento.

Neste aspecto, a brincadeira assume papel didático e pode ser explorado no processo educativo, porém como recurso pedagógico tem de ser vista, primeiramente, com cautela e clareza. Brincar é uma atividade essencialmente lúdica, se deixar de ser, fica descaracterizada como jogo ou brincadeira. Daí que incluir o jogo e a brincadeira na escola tem como pressuposto, então, o duplo

aspecto de servir ao desenvolvimento da criança, enquanto indivíduo, e a construção do conhecimento, processos estes intimamente interligados.

O brincar na escola tem também uma função informativa para o professor. Ao observar uma brincadeira e as afinidades entre as crianças em sua realização, o educador aprende bastante sobre seus interesses, podendo perceber o nível de realização em que elas se encontram, suas possibilidades de interação, sua habilidade para conduzir-se de acordo com as regras do jogo, assim como suas experiências do cotidiano e as regras de comportamento reveladas pelo jogo de faz de conta.

O processo pedagógico vivido deixa claro que, ao educador cabe, então, tendo em vista a compreensão e o conhecimento da evolução das crianças, pensar que tipo de atividade propor, tendo clareza de intenção, isto é, sabendo o que as crianças podem desenvolver com a atividade proposta e a escola sendo um ambiente social, deve ser para todos os envolvidos no processo educativo, um local promissor de troca e vivência de experiências, contribuindo de maneira positiva na efetivação de uma aprendizagem significativa e flexível. Com isso, os educadores, enquanto mediadores do conhecimento devem oportunizar o crescimento da criança de acordo com seu nível de desenvolvimento, oferecendo um ambiente de qualidade que estimule as interações sociais, um ambiente enriquecedor de imaginação, onde a criança possa atuar de forma autônoma e ativa, fazendo com que venha a construir o seu próprio processo de aprendizagem.

Portanto, cabe a escola tentar aproximar os pais/responsáveis para que estes tenham ciência do que realizado dentro desta instituição e se apropriar dos objetivos das atividades realizadas. Se não de maneira mais detalhada, mas pelo menos informativa para que o jogo e a brincadeira sejam considerados como atividade didático-pedagógica e não somente como atividade lúdica de prazer e diversão. É preciso procurar repassar isso para as famílias já que as brincadeiras e os jogos são indispensáveis para uma aprendizagem com divertimentos, que proporcione prazer no ato de aprender e que facilite as práticas pedagógicas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, LDB 9394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de nov. de 1996.

BRASIL, ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm. Acesso: 10 nov. 2015.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BROUGÈRE, Gilles. **Os brinquedos e a Socialização da Criança**. Revisão técnica e versão brasileira adaptada por Gisela Wajskop. São Paulo: Cortez, 1995.

DUARTE, Luiza Franco. **Desafios e legislações na educação infantil**. Artigo apresentado em Uniãoeste no IX Seminário de pesquisa na região sul em 2009. Disponível em <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>. Acesso em 21 de dez de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. 5. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001. Disponível em: Acesso em: 28 fev. 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O Jogo e a Educação Infantil**. São Paulo: Thomson Pioneira, 1994.

KRAMER. S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achime, 1995.

KULHMANN JR. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediações, 2001.

MARAFON, Danielle. **Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância**. s/d. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc Acesso em 10 de janeiro de 2015.

MERISSE. A. **Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches**. In MERISSE. A. **Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo. Arte e Ciência, 1997.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **As funções da escola, a estrutura didática e a qualidade do ensino**. In: _____. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SOUZA, M. C. B. R. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico-Cultural**. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007. Disponível em <

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>> Acesso em 23 de novembro de 2015.

VARANI, Adriana; SILVA, Daiana Cristina. **A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.** Revista Brasileira. Estudos Pedagógicos. Brasília, v.91, n.229, p.511-527, set./dez. 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, Donald Woods. **O Brincar e a Realidade.** Rio de Janeiro: Imago. 1975.